

# HABILIDADES E COMPETÊNCIAS: A CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DE ARTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Data de submissão: 26/07/2024*

*Data de aceite: 02/09/2024*

**Agnes Cristina Wiedemann Lang**

Centro Universitário FAVENI - UNIFAVENI  
Brasil  
<https://lattes.cnpq.br/3717857183850724>

**RESUMO:** Abordagem feita a partir do estudo das propostas curriculares oferecidas pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela Base Nacional Comum Curricular, tendo como referência a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir desse referencial teórico procura-se conhecer os documentos nacionais para ensino da Arte e a importância da sua amplitude exposta na formulação das Habilidades e Competências a serem alcançadas no trabalho com a disciplina na educação básica, possibilitando maior entendimento da proposta para a elaboração de um currículo em Arte e, conseqüentemente, a prática de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo em Arte; Prática de Ensino da Arte; Habilidades e Competências.

**SKILLS AND COMPETENCIES:  
THE CONSTRUCTION OF THE ART  
SUBJECT IN BRAZILIAN EDUCATION**

**ABSTRACT:** Approach based on the study of curricular proposals offered by the National Curricular Reference for Early Childhood Education, the National Curricular Parameters and the National Common Curricular Base, with reference to the Constitution of the Federative Republic of Brazil and the Law of Guidelines and Bases of National Education. From this theoretical framework, we seek to understand the national documents for teaching Art and the importance of its breadth exposed in the formulation of Skills and Competencies to be achieved in working with the discipline in basic education, enabling a greater understanding of the proposal for the elaboration of an Art curriculum and, consequently, teaching practice.

**KEYWORDS:** Art Curriculum; Art Teaching Practice; Skills and Competencies.

## 1 INTRODUÇÃO

A nossa possibilidade de compreensão do mundo e de nós mesmos se expande muito por meio da arte, porque nosso universo simbólico dialoga com outros universos simbólicos que nos tocam de uma maneira ao mesmo tempo sensível e cognitiva. Arte também tem a ver com cognição. Há o plano da sensibilidade, da subjetividade, da percepção, das emoções, mas tudo isso, de certo modo, nos abre uma nova possibilidade de interação com o mundo. (Rosa Lavelberg, p.09, 2009)

Este artigo se propõe a evidenciar a importância de conhecer os documentos legais de criação da disciplina de Arte nas escolas da educação básica e, conseqüentemente, a leitura dos mesmos pelos professores regentes de classe para que, além de, tornarem a disciplina digna e não mais marginal (MORAES, 2011) possam também aprimorar suas aulas e assim valorizar e terem valorizado o seu trabalho, tanto por parte dos alunos como dos demais profissionais da Educação, além de toda a comunidade escolar.

A realização do presente projeto teve como ponto inicial as angústias da pesquisadora com relação às questões relativas ao currículo durante sua graduação pouco mais de dez anos atrás e a compreensão atual, após anos de trabalho na educação básica, sobre a importância do currículo ser exatamente como se apresenta formulado, mantendo suas proposições relativas às habilidades e competências.

Para conseguir contemplar essas questões, este estudo trouxe os textos existentes nos documentos nacionais que tratam do ensino da Arte para realizar um diálogo com teóricos da Educação e da Arte, e assim embasar a pesquisa de forma que os questionamentos e afirmações possam se encontrar nessas relações.

A formação de educadores em Arte para atuar em sala de aula, principalmente nas cidades localizadas no interior do país, é importante e necessária, inclusive com graduações à distância, mas, além disso, também se percebe que é imprescindível a continuidade dessa formação. O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais Modalidade a Distância do Centro Universitário FAVENI confirma isso quando diz que

[...] o aprendizado em arte, nos dias de hoje, volta-se para formação mais consistente, significativa e sensível para o aprendiz. Ou seja, compreende-se que a realização de atividades artísticas dissociadas de um entendimento e de uma significação dos trabalhos realizados por parte de quem os faz, transforma estas atividades em uma mera tarefa escolar agradável, reduzindo a correlação significação do conhecimento da arte para a plena formação do cidadão. No contexto atual reconhece-se que o aprendizado da arte é multifacetado, podendo ser aplicado em diversos ambientes, trabalhando o desenvolvimento de uma expressão própria do educando, a integração entre áreas afetivas, motoras e cognitivas. (PROJETO, 2024, p.24)

Graduar-se em Arte e permanecer estudando, seja participando de congressos, seminários ou realizando formações continuadas é importantíssimo tanto para que o profissional possa ampliar seus conhecimentos na disciplina quanto para que suas aulas possam ter a participação e envolvimento que tanto se deseja por parte dos alunos.

## 2 O CURRÍCULO EM ARTE

O currículo da educação básica brasileira está subjugado a uma série de instâncias nacionais que o determinam e moldam. Nesse sentido, ao tratar das suas temáticas devem ser estabelecidas suas relevantes conexões e conseqüentemente suas orientações específicas. Na realidade é importantíssimo compreender essa cadeia de instrumentos para que assim se possa observar a proposta de cada um deles e conseqüentemente sua aplicação prática e real. Nesse sentido se impõe a relevância de instrumentalizar o diálogo utilizando como ponto de partida a Constituição Federal Brasileira, conhecida como Constituição Cidadã.

### 2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada pelo Senado Federal no ano de 1988. A partir de então toda a população do país, em todas as instâncias, é regida pelo que determina tal documento. Nele se encontram referências ao acesso à arte a todo cidadão e essa obrigatoriedade deve ser promovida tanto pela família como também pelo Estado. Nesse sentido, se observarmos o texto oficial perceberemos que todo o esforço de realização do acesso à arte pela população se deve à ordem primeira definida pela Constituição. No Título VIII, Capítulo III, Seção I encontram-se as seguintes palavras:

[...]

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

**II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...] (COLA, 2009, p.22 apud BRASIL, 1988, grifo nosso)

A partir do texto constitucional percebe-se a importância atribuída à Arte como elemento constitutivo do pensamento e do saber.

### 2.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) foi elaborada a partir dos preâmbulos manifestados pela Constituição Federal de 1988 e tem o propósito de estabelecer critérios com relação aos caminhos a serem percorridos para o estabelecimento de regras que instituem a Educação Nacional como um todo. Nesse sentido cabe ressaltar a proposta de análise para a área relativa à Arte e suas especificidades.

Título V

Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino

Capítulo I

Da composição dos níveis escolares:

[...] Artigo 21 – A Educação Escolar compõe-se de:

I – Educação Básica – formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

II – Educação Superior.

Capítulo II

Da Educação Básica

[...] Seção I

Das disposições gerais

[...] Artigo 26 – [alusivo ao currículo].

[...] Parágrafo 2º. **O ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.** (COLA, 2009, p.25 apud BRASIL, 1988, grifo nosso)

Compreende-se então que o texto da LDB apreende aquele encontrado na Constituição Federal e institui a importância de se trabalhar com a Arte na Educação Básica. Fortalecendo, com isso, o pensamento de “[...] **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber** [...].” (COLA, 2009, p.25 apud BRASIL, 1988, grifo nosso)

Tem-se então um caminho a ser percorrido que se inicia com a Constituição, perpassa pela Lei de Diretrizes e Bases e a partir desta fomenta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais e mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular.

## 2.3 DOCUMENTOS CURRICULARES NACIONAIS PARA A DISCIPLINA DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O ensino da Arte no Brasil possui como suporte inicial o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte (PCN). Neles o profissional encontrava, de maneira geral, elementos que possibilitaram esboçar quais as estratégias a serem executadas na sala de aula.

### 2.3.1 Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) foi elaborado em 1999, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) de 1996, quando se determinou a inserção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Possui três volumes, sendo o primeiro uma **Introdução**, o segundo versando sobre a **Formação Pessoal e Social** e o terceiro tratando de **Conhecimento de Mundo**.

O volume que interessa aos professores de Arte é o terceiro, por tratar das Artes Visuais, Movimento, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. As Artes Visuais no RCNEI são consideradas como importante meio de comunicação e expressão humana, aparecendo como uma forma de linguagem, levando em consideração a cultura existente no meio em que a criança vive e a realização de seu próprio trabalho que deve ser pautado em três âmbitos.

**Fazer artístico** – centrado na exploração, expressão e comunicação de produção de trabalhos de arte por meio de práticas artísticas, propiciando o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;

**Apreciação** – percepção do sentido que o objeto propõe, articulando-o tanto aos elementos da linguagem visual quanto aos materiais e suportes utilizados, visando desenvolver, por meio da observação e da fruição, a capacidade de construção de sentido, reconhecimento, análise e identificação de obras de arte e de seus produtores;

**Reflexão** – considerado tanto no fazer artístico como na apreciação, é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor e no contato com suas próprias produções e as dos artistas. (BRASIL apud COLA, 2099, p.33, grifo nosso)

Para conseguir que o professor compreenda todas essas questões o RCNEI – Artes Visuais tem início mostrando a presença da Arte na Educação Infantil no mundo e no Brasil perfazendo um histórico que demonstre as diversas tendências e a importância de cada momento na concretização do que se vê atualmente. Posteriormente trata da criança e sua relação com as Artes Visuais, seu crescimento enquanto ser que realiza e o significado de cada momento, de maneira que o professor tenha possibilidade de compreender o seu aluno enquanto ser que produz.

O Referencial também destaca quais são os objetivos a serem alcançados com cada faixa etária, diferenciando aquilo que se deseja alcançar com crianças de zero a três anos do que se pretende obter com as crianças maiores, de quatro a seis anos.

Fornece orientações didáticas tanto com relação aos materiais como com relação à organização do tempo e do espaço. Além disso, trata da questão da regularização das atividades, da importância do trabalho ser realizado frequentemente (diária ou semanalmente), como também evoca a relação do fazer pontual com o fazer sequenciado, demonstrando a importância de cada um. Valoriza também a execução de projetos e a utilização de variados recursos materiais, propondo métodos de observação, registro e avaliação.

## 2.3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais

Apesar de serem os mais antigos referenciais para o ensino da Arte, é importante fazer a leitura apurada dos Parâmetros Curriculares Nacionais relativos à disciplina de Arte, pois estes apresentam toda uma conceituação que permite ampliar o conhecimento a respeito da proposta da construção de um currículo. Os PCNs se encontram subdivididos em três momentos: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

### 2.3.2.1 Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte – anos iniciais do ensino fundamental

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para as séries iniciais do ensino fundamental têm em sua introdução a função de apresentar ao leitor a importância do estudo da Arte no processo formal de ensino.

Após esse momento inicial de apresentação da Arte e da sua importância de estudo, há uma pequena fala a respeito do ensino da Arte no Brasil e da teoria e prática nas escolas brasileiras, possivelmente para que o professor leitor compreenda o seu fazer em um contexto mais amplo. Após, há uma introdução tratando da Arte como objeto de conhecimento e nesse ponto foca-se nas questões relativas à produção, fruição e reflexão.

Ainda na primeira parte do PCN existem reflexões acerca do aprender e ensinar Arte no ensino fundamental. Nesse momento busca-se mostrar ao professor, de maneira ampla, o que pode ser trabalhado com os alunos. No entanto, não há indicação nenhuma de conteúdos.

Iavelberg dá uma pista a respeito dessa questão quando diz que uma de suas inquietações era

[...] como gerar a mobilização desejável para fazer progredir uma educação em arte, de caráter humanista, pela emancipação das camadas desfavorecidas da população – sem que, para isso **tivéssemos de ser prescritivos? Como escrever um documento governamental crítico e atualizado, para um profissional de educação que se quer participativo e livre, competente e responsável para edificar seus projetos educativos e curriculares?** (2003, p.33, grifo nosso)

O próximo item da primeira parte dos Parâmetros são os objetivos gerais de Arte para o ensino fundamental e após os conteúdos de Arte no ensino fundamental. Há uma introdução sobre conteúdos e a chamada para a segunda parte do PCN que está subdividida em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Nesse momento há uma fragmentação das diversas linguagens que basicamente atende aos seguintes critérios: comunicação e expressão, apreciação, manifestação e produção cultural.

Para finalizar o PCN propõe os critérios de avaliação em Arte e algumas orientações didáticas como, por exemplo, a organização do espaço e do tempo de trabalho, os instrumentos de registro e documentação do aluno, a pesquisa de fontes de instrução e de

comunicação em arte, a história da arte, a percepção de qualidades estéticas, a produção tanto do professor quanto do aluno e as atitudes do aluno. Depois disso, o PCN traz a questão da Arte e dos temas transversais e o trabalho por projetos.

No PCN o professor é convidado a “[ser] **um criador de formas** [e que na pesquisa de fontes de instrução e de comunicação em arte] **se estabelece o caráter criador da atividade de pesquisa do professor. [O professor deve buscar] na realidade circundante [elementos] que contribuam para o enriquecimento da aprendizagem artística de seus alunos [...]**”. Para isso o “[...] **professor precisa conhecer a História da Arte para poder escolher o que ensinar**, com o objetivo de que os alunos compreendam que os trabalhos de arte não existem isoladamente [...]”. Com relação às qualidades estéticas o professor precisa “[...] **criar formas de ensinar os alunos** a perceberem as qualidades das formas artísticas.” Ao tratar da produção do professor e dos alunos, o objeto de análise coloca que **“O professor na sala de aula é primeiramente um observador de questões [...]**. A partir da observação constante e sistemática desse conjunto de variáveis e tendências de uma classe, **o professor pode tornar-se um criador de situações de aprendizagem.**” Para finalizar, ao tratar das atitudes dos alunos, o texto diz que o professor deve descobrir “[...] formas de comunicação com os alunos em que ele **[professor] possa evidenciar a necessidade e significação [de atitudes] durante o processo de trabalho.**” As atitudes descritas são: o respeito com relação aos trabalhos realizados na disciplina, a curiosidade para a realização de investigações, a paciência dos alunos em tentar por diversas vezes a realização de um trabalho, o saber ouvir, a concentração, enfim atitudes de aluno que deseja aprender. (BRASIL, 2001, p.109-113, grifos nossos)

Para finalizar o PCN propõe o trabalho por projetos, que pode ser realizado de acordo com cada uma das linguagens vistas no texto. Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram pensados para os professores habilitados nas quatro áreas de conhecimento (teatro, dança, música e artes visuais), e a ideia era que todos recebessem uma formação continuada para trabalhar com o mesmo.

lavelberg, ao tratar do trabalho realizado com os Parâmetros, diz que

Os textos foram reescritos, criticados e comentados por colegas de todo o País. Sabíamos que apenas os parâmetros não poderiam gerar uma transformação na sala de aula. Seriam necessárias múltiplas ações que implicassem formação contínua, material didático de qualidade, além de orientação nas políticas das Secretarias de Educação. Seria necessária uma rede de formadores no País, tarefa que começou a ser articulada pela SEF/MEC em 1999, com o projeto Parâmetros em Ação.

Em 1999, assumi a coordenação nacional de Arte da SEF/MEC, assessorada pelos educadores Iveta M. B. A. Fernandes (música), Rose Reis (teatro), Rui Cesar (artes visuais), Silvia Bittencourt (dança) e Tarcísio Sapienza (artes visuais).

Redigi os textos de artes visuais do Parâmetros em Ação para o ensino fundamental. A SEF/MEC, na gestão da secretária de Educação Iara Glória Areias Prado, designou um espaço próprio para arte, paralelo às ações do Parâmetros em Ação. Em 1999, realizamos um projeto-piloto em Belém, Salvador e Sergipe, junto às secretarias de Educação, e redigimos um PCN em Ação específico de arte, para ser trabalhado em módulos formativos, com 72 horas para cada linguagem (artes visuais, dança, música e teatro), em vários estados (em 2000), orientado para a formação contínua dos professores em arte. (2003, p.33-34)

Apesar de longa, a citação é autoexplicativa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram pensados para os professores habilitados nas quatro áreas de conhecimento (teatro, dança, música e artes visuais), mas todos receberiam uma formação que tornaria possível o entendimento do que estava escrito.

Essa formação ocorreu apenas como projeto-piloto e não prosseguiu, o que ocasionou a falta de conhecimento a respeito dos temas tratados no documento. O que aconteceu foi que apenas parte de todo um projeto foi realizada (os Parâmetros) e sua sequência não, apesar de ter sido pensado como um todo e não apenas como parte.

Uma das partes é a elaboração de material didático de qualidade que efetivamente faz muita falta para o professor de Arte, principalmente aquele que não é habilitado na área específica, Arte, isto é, os professores das demais disciplinas e os pedagogos, mas também o que é formado na área de Artes Visuais, mas não possui conhecimento sobre as demais, como Dança, Teatro e Música, por exemplo.

### 2.3.2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte – anos finais do ensino fundamental

O PCN de Arte anos finais do ensino fundamental é, de maneira geral, bastante parecido com o dos anos iniciais, modificando-se apenas em alguns pontos de sua estrutura. Também se encontra dividido em duas partes, sendo a primeira uma apresentação geral da disciplina e a segunda é a divisão pelas áreas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Apesar de seu texto ter, em alguns pontos uma fala diversificada, seu contexto é o mesmo daquele encontrado no PCN das séries iniciais. É realista ao dizer que “A escola não dará conta de ensinar todos os conteúdos da arte, mas precisa garantir um determinado conjunto que possibilite ao aluno ter base suficiente para seguir conhecendo.” (BRASIL, 1998, p.46).

lavelberg explica que

**Os objetivos gerais dos projetos curriculares são a estrutura-guia para a elaboração dos objetivos das áreas e dos demais componentes.** No caso dos conteúdos, além da tipologia, as intenções sócio-político-educativas orientam os critérios de seleção. **Os projetos educativo-institucionais das escolas e comunidades precisam definir para que, o que e como queremos ensinar e avaliar.**

Cada escola e a Secretaria de Educação local passam a ser responsáveis pela construção do currículo, não havendo definição de conteúdos mínimos para o País ou um currículo comum às comunidades, mas sim um referencial – os Parâmetros Curriculares Nacionais -, cuja adoção não é obrigatória. (2003, p.36-37, grifo nosso)

Depreende-se então que, após o recebimento dos módulos formativos do Parâmetros em Ação, cada município teria como tarefa realizar o seu próprio currículo de acordo com suas especificidades. Reunir-se-iam todos os profissionais da Educação, como por exemplo, supervisores, coordenadores e técnicos de secretaria, mas principalmente

professores e pedagogos, para realizar a divisão dos conteúdos de acordo com os ciclos escolares e, mesmo após sua conclusão, o currículo proposto seria permanentemente trabalhado como forma de aprimorar ainda mais o que havia sido feito. Seria efetivamente um currículo vivo, trabalhado e modificado de acordo com as vivências dos professores em sala de aula e suas consequentes observações a respeito do que precisa ser melhorado, reestruturado e o que pode permanecer.

No entanto, não há nenhuma referência a respeito desse trabalho ter sido realizado em todas as regiões brasileiras. Percebe-se, com isso, que talvez os Parâmetros tenham sido idealizados para serem trabalhados em todas, todavia algo aconteceu e o circuito interrompeu-se após o trabalho realizado na segunda região proposta e, assim, as demais não receberam tal atenção. Talvez isso tenha trazido dificuldade de entendimento do PCN de Arte e daquilo que se pode fazer efetivamente a partir dele.

### 2.3.2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte – Ensino Médio

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) encontram-se em apenas um livro, dividido em quatro partes. Na primeira parte estão inseridas as Bases Legais da Educação, contendo principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 - LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e nas partes posteriores encontram-se as subdivisões relativas às áreas do conhecimento.

A segunda parte se refere à área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a terceira parte trata das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e a quarta parte versa sobre as Ciências Humanas e suas Tecnologias. A área de interesse desse estudo encontra-se na segunda parte apenas, porém, para compreender sua relação com as outras disciplinas será realizada uma avaliação geral do conteúdo do PCNEM. Há uma apresentação geral da área e do sentido de seu aprendizado. Posteriormente são apresentadas as competências e habilidades necessárias para o conhecimento real e então há a subdivisão dos conhecimentos em Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática. Os rumos e desafios também são apresentados de maneira geral, assim como a bibliografia.

Há, também neste documento, a informação sobre a necessidade da formação inicial e continuada do professor e as melhorias na qualidade do estudo e capacitação dos mesmos.

Por isso, o aperfeiçoamento contínuo de professores de Arte requer **melhorias sustentáveis** nas ações nacionais, regionais e locais voltadas **à formação inicial de professores** de linguagens artísticas (em cursos de Graduação/Licenciaturas de Arte e de Educação) e à formação contínua dos educadores de Arte, em serviço nas escolas ou centros culturais.

As inserções e articulações de linguagens da Arte no Ensino Básico exigem um consistente e continuado projeto político-pedagógico que inclua melhores qualidades de estudo, salário e capacitação para o exercício profissional de professores que atuam na disciplina de Arte.

Na escola básica, a Arte, conhecimento humano sensível-cognitivo, particularmente estético e comunicacional, é presença urgente na história da aprendizagem cultural dos jovens de nosso País, humanizando-se e ajudando a humanizar o mundo contemporâneo. (BRASIL, 1999, p.180)

### 2.3.3 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que norteia currículos e propostas pedagógicas das escolas brasileiras estabelecendo habilidades e competências para as aprendizagens essenciais. Está dividida de acordo com as etapas de ensino.

[...] a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de **competências**. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, **habilidades**, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2018, p.13)

#### 2.3.3.1 Base Nacional Comum Curricular - Educação Infantil

Na Educação Infantil a BNCC propõe que a criança aprenda sobre o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. A proposta curricular oferece amplos momentos de experimentação tanto das questões exteriores, com relação a pessoas, objetos e animais quanto de questões interiores, ligadas ao corpo e às vivências pessoais das crianças. Todas essas aprendizagens permitem a existência de propostas que possuam o olhar e o conhecimento da Arte ao serem trabalhadas com os alunos. Essas propostas estão subdivididas de acordo com os campos de experiências e a idade, sendo as crianças da educação infantil subdivididas em bebês (de zero a um ano e seis meses); crianças bem pequenas (de um ano e sete meses a 3 anos e 11 meses) pertencentes à creche e pré-escola com as crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Cada idade específica possui o seu objetivo de aprendizagem e de desenvolvimento com relação a cada item.

### 2.3.3.2 Base Nacional Comum Curricular - Ensino Fundamental

Separado em anos iniciais e anos finais a proposta curricular da BNCC é atender à maior etapa da escolarização pensando no educando que passa por uma fase de transição tanto física quanto cognitiva, saindo da educação infantil, passando pelo período de alfabetização e depois adquirindo cada vez mais autonomia e ampliando suas habilidades e competências em suas relações consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

Na área de Linguagens a disciplina de Arte está inserida, juntamente com Língua Portuguesa, Educação Física e Língua Inglesa, e a proposta é trabalhar com as disciplinas de forma a alcançar as competências que são propostas para essa área. São seis as competências específicas da área de linguagem e abrangem questões como: compreensão das linguagens enquanto construção humana, histórica, social e cultural; conhecer e explorar diversas práticas de linguagens - artísticas, corporais e linguísticas; utilizar as diferentes linguagens - verbal, visual, escrita, corporal, sonora e digital, para se expressar e partilhar informações; utilização das linguagens para defender pontos de vista que promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental; desenvolver o senso estético, fruir e respeitar as manifestações artísticas e culturais e finalmente, compreender e utilizar a comunicação relacionada às tecnologias digitais de maneira crítica e reflexiva.

Com relação à Arte especificamente, o componente curricular também foi subdividido nas linguagens das Artes Visuais, da Dança, da Música, do Teatro e das Artes Integradas (esta última relaciona as diferentes linguagens e suas práticas entre si) procurando articular as seis dimensões do conhecimento: criação, crítica, estesia (experiência do corpo articulando sensibilidade e percepção), expressão, fruição (deleite, prazer ou estranhamento para com as práticas artísticas) e reflexão.

Para administrar o ensino da Arte com esses alunos há então a necessidade de garantir algumas competências básicas aos alunos. As competências são definidas “[...] como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana [...]” (BRASIL, 2018, p. 8) Elas são em número de nove e, de maneira geral, são:

- 1.Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades [...].
- 2.Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas [...].
- 3.Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira [...].
- 4.Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação [...].

5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais [...].
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2018, p.198)

A diferenciação entre os anos iniciais e os anos finais está na forma como se dá a sistematização dos conhecimentos e na proposição das experiências. As habilidades nos anos iniciais são em número de 26 e nos anos finais 35, cada uma delas está ligada a um objeto de conhecimento pertencente às diferentes unidades temáticas.

### **2.3.3.3 Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio**

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio propõe um trabalho integrado com todas as disciplinas da área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias. As competências são apresentadas de maneira ampla, pois contemplam aprendizagens que perpassam por todos os componentes da área, conforme se pode perceber com o recorte abaixo.

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) [...].
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem [...].
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível [...].
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais [...].
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas [...] (BRASIL, 2018, p.490)

Com relação às habilidades são em número de 28 e estão diretamente relacionadas às competências gerais da área.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte do professor é a arte da transposição didática, quer dizer, quando ele lida com uma determinada área de conhecimento, seu trabalho é saber realizar a transposição didática para que o aluno possa aprender e assim passar de níveis de menos saber para níveis de mais saber ao longo da escolaridade. (IAVELBERG, 2009, p. 43)

Para que possa efetivamente trabalhar com a disciplina, para que seus alunos consigam atravessar os níveis de saber, como diz lavelberg acima, os professores devem se utilizar das ferramentas institucionais buscando compreendê-los em sua totalidade para assim tirar proveito do que está inserido nesses documentos.

Albano ([2009]) faz uma colocação que leva a refletir a respeito da postura profissional e também dos anos que o professor leva para tentar adquirir mais informação e conseqüentemente maior domínio a respeito do que faz. Ela diz que, ao trabalhar em conjunto com o professor de música, percebeu que para ele era natural ter domínio da linguagem musical e, a partir desse conhecimento, conseguia transmitir seus ensinamentos aos alunos. Ela, por sua vez, não possuía domínio da linguagem plástica e sempre conseguia uma desculpa nesse sentido: filhos, falta de tempo e etc. No entanto, percebeu que isso não poderia mais ocorrer, ela precisava dominar a sua linguagem para, a partir daí, conseguir trabalhar com seus alunos. Essa fala é bastante verdadeira, pois se percebe que diversos professores não realizam, necessariamente, todas as práticas que propõem a seus alunos e, com isso, não sabem o grau de dificuldade para a realização de tal atividade. Além disso, percebe-se também que todo ano o professor se questiona se está seguindo pelo caminho certo, se é isso que deve fazer efetivamente e se seus alunos estão aprendendo algo que realmente faça sentido.

Acredita-se que, com a leitura de todos os documentos oficiais da disciplina, mais a graduação na área específica e o contínuo estudo e prática das atividades artísticas, talvez o profissional, com essa base, possa realizar o seu trabalho sem ficar testando o que dá certo ou errado. Esse momento de reconhecimento e de teste é aquele em que, durante sua graduação, o estudante observa o modo de fazer dos profissionais da área e depois, com a ajuda destes e dos seus professores, realiza seus períodos de estágio nas instituições de ensino.

De acordo com lavelberg

[...] o professor pode até selecionar os conteúdos, relacionar o que é importante que a criança saiba, mas é necessário que ele também leve em consideração o que ela quer, pode e necessita aprender. Essas três coisas precisam coexistir. Independentemente do conteúdo que está em jogo na situação de aprendizagem, é preciso ver como aquele aluno singular, como aquele grupo de alunos específico, assimila esses conteúdos, como ele aprende. ([2009, p. 43])

Dessa maneira, pode-se perceber que, na realidade, os documentos oficiais para a disciplina de Arte permitem ao professor a liberdade de, ao conhecer a sua turma, abordar de maneira diversa, de acordo com aquilo que ele acredita ser interessante para aquele grupo específico. Entretanto, sem sair necessariamente do contexto das competências e habilidades que devem ser trabalhadas.

Muitas vezes, com um currículo da disciplina de arte em mãos, o professor poderá ter capacidade de ao segui-lo, transgredi-lo, pois a arte é tão ampla que uma temática pode ser trabalhada uma infinidade de vezes sem necessariamente ser sempre igual a cada ano ou para cada turma. Acredita-se que, a partir do momento em que o professor de arte não precise mais criar seu próprio conteúdo, mas sim assumi-lo, ele poderá então ter um tempo maior para torná-lo interessante enquanto aprendizagem. E, com isso, conseguirá trazer os alunos com maior facilidade para a aprendizagem em arte, pois, infelizmente, alguns alunos ainda hoje, não entendem a disciplina de arte como matéria de estudo, mas sim como prazer, apenas, sem conectá-la com o mundo em que vivem, sem entendê-la como parte da vivência do homem da Pré-História aos dias atuais. Alguns alunos ainda têm dificuldade de saber que não estão na aula de arte apenas para colorir folhas de desenhos estereotipados, isto é, aqueles desenhos prontos que se prestam apenas a serem preenchidos.

Concorda-se com Lavelberg que

O que as crianças precisam aprender nos cursos de arte, em primeiro lugar, é a viver arte. Quando digo viver arte me refiro a ter uma prática artística criadora, a desenvolver um percurso de criação próprio, com uma marca pessoal, ainda que alimentado pela cultura, pela diversidade de culturas. A capacidade de desfrutar do universo da arte com competência também é decorrência da aprendizagem. Não se trata apenas de um saber espontâneo. Nesse processo, a criança desenvolve uma relação com a arte análoga àquela experienciada pelas pessoas que participam do universo da arte. O artista não deve ser aquela pessoa idealizada, de quem a criança vai conhecer uma ou duas obras, saber o nome de cor, ele deve ser alguém mais próximo, cujo trabalho acrescenta algo na vida dela. A arte adquire, assim, um significado como objeto da cultura e também um significado pessoal, um sentido específico que toca cada aluno de uma maneira particular. ([2009, p. 43])

Dessa forma pode-se perceber que Lavelberg traz a questão prática à tona. Não adianta o aluno apenas aprender teoria, mas é necessário que se faça a prática para que ele efetivamente consiga compreender como ela se dá para o artista e como ele lida com as questões referentes ao seu fazer artístico.

É muito importante destacar que as propostas realizadas em sala de aula devem obedecer a alguns critérios, pois o professor deve entender sobre arte tanto na teoria como na prática. Caso isso não aconteça o professor experimenta momentos de grande ansiedade e infelicidade ao trabalhar com a disciplina, porque além de todos os problemas relativos ao não saber teórico, isto é, a falta de capacidade para a elaboração de um plano de ensino tanto com relação à classificação etária como com relação às competências e habilidades a serem trabalhadas no período proposto, há também problemas com relação às questões práticas realizadas sem nenhum tipo de informação.

Devido ao uso errado dos materiais, as atividades podem ser realizadas de maneira inconsequente e assim, não manter o interesse dos alunos que se sentem realizando uma tarefa que, no final, não resulta em nada, nem mesmo na aprendizagem do fazer. Por isso que é muito importante considerar que os professores também precisam

[...] de certa forma, passar por esse processo de viver arte para poder ensinar. Eles precisam vivenciar experiências de criação artística. É necessário que o professor conheça o universo da arte e da história da arte e também o desenvolvimento da aprendizagem das crianças nas diversas linguagens com as quais trabalham para poder fazer a transposição didática. (IAVELBERG, 2009, p.43)

Albano ([2009], p. 38) diz que aprendeu a partir da sua própria vivência e relação com a educação em Arte que

[...] a sala de arte não é um shopping center, não é um lugar de consumo, mas de produção de conhecimento. Portanto, não podemos tratar as aulas superficialmente: *'um dia vamos mexer com argila, um dia vamos fazer teatro, no outro dia vamos desenhar, no outro dia soprar com canudinho'*. Não! Não se aprende nenhuma língua falando um dia inglês, outro dia japonês, outro dia alemão. Temos que exercitar a língua todos os dias – aprendizagem requer exercício.

Para a autora cada atividade deveria ser realizada por períodos, semestres, por exemplo, e em cada um ser trabalhada uma técnica diferente. Ao falar de prática deve-se ter em mente o quanto a mesma é importante para a aquisição de conhecimentos e que deve ser trabalhada em conjunto com a teoria, ambas solidamente presentes na formação deste professor aprendiz. Exatamente por isso se defende a realização do estágio curricular obrigatório, pois é nele que se percebe a prática e a teoria sendo apreendidas em conjunto pelo estudante dos cursos de graduação.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Ana Angélica. Uma história dentro da história. In: **Seminário Ações Singulares 2. História do Ensino da Arte: Experiências**. [2009]. Instituto Thomie Othake, São Paulo. p.34-39.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 116p.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. 3.ed. Brasília: MEC/SEF, 2001. 130p.

BRASIL, Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COLA, César Pereira. **Aspectos Legais do Ensino da Arte**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2009. 178p.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

IABELBERG, Rosa. Depoimento: percurso na arte-educação. In: **Seminário Ações Singulares 2. História do Ensino da Arte: Experiências**. [2009]. Instituto Thomie Othake, São Paulo. p.40-43.

MORAES, Antonio Carlos. In: **V Fórum Estadual de Educação Física e Arte**. 2011. Secretaria de Estado da Educação, Espírito Santo. Vila Velha: SEDU, 2011.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO. Centro Universitário Faveni - UNIFAVENI, Guarulhos, SP, 2024.